Jurgen Habermas e o “novo começo” para a teoria sociológica

Rosenberg Fernando Frazão¹

INTRODUÇÃO

Há quem diga que a eterna luta dos sociólogos com seu objeto de trabalho; qual seja: a sociedade em tudo aquilo que a envolve, é magnificamente ilustrada pela polarização dos campos onde desenrolam-se as sucessivas batalhas teóricas desta ciência, ainda em desenvolvimento. São eles: o da *ação* e o do *sistema social*.

Alguns pontos merecem ser postos em evidência quanto a esta questão. Inevitavelmente, qualquer teoria da ação (ou que a tome como ponto de partida) corre o risco de enveredar por labirintos sistêmicos, ou vice-versa. Todavia, o que está em jogo não é a eleição da perspectiva mais importante ou mesmo determinante no processo social: como ambas são igualmente relevantes e intercomplementares, o único fator determinante na pesquisa sociológica acaba sendo, por conseguinte, o *objeto*. Este, por sua vez, guarda consigo a peculiaridade de ser analiticamente escorregadio e, portanto, imprestável a enquadramentos rigorosos, que desconsiderem a natureza dos fenômenos sociais no que diz respeito à *dimensão*, *complexidade* e *dinamismo* que lhes são peculiares, e têm predisposto muitas teorias famosas da sociologia ao fracasso, por alimentarem com insistência o

¹ Mestre em Literatura Brasileira (UFPB), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.
rfof@zipmail.com.br

ideal de extrair princípios regulares – ou leis - da análise empírica, capazes de explicar e favorecer a predição dos fenômenos sociais e evitar, assim, problemas tais como o conflito e a desordem social. O positivismo - e seus vários desdobramentos – poderia ser tomado como exemplo clássico desta postura.

Mas além dos arroubos empiricistas do positivismo, outras correntes científicas concentradas no extremo oposto, tais como o estruturalismo e funcionalismo ortodoxos, por exemplo, foram capazes, em vários momentos, de reduzir o valor dos “agentes individuais” (ou “atores sociais”) enquanto elementos significativos nas relações e configurações sistêmicas, o que, por muito tempo, serviu de entrave à abordagem de questões essenciais para o estudo da sociedade, tais como o verdadeiro papel da agência na constituição da estrutura social, a interação, o peso significativo da ação individual nas relações de poder estabelecidas na sociedade² e, sobretudo, os problemas em torno da mudança/mobilidade social.

Desse modo, a questão verdadeira seria: dado o caráter específico do objeto da Sociologia, por qual destas esferas as investigações alcançariam maior valor explicativo? (COHN, *Apud* CARVALHO, 1993: 63-75).

Obviamente, esta questão nos sugere que, para além de qualquer tentativa de polarização, o grande desafio dos sociólogos consiste, na verdade, em unificar estas perspectivas numa teoria que lhes faça jus às dimensões, e seja, portanto, suficientemente abrangente, sem ferir as peculiaridades nem do objeto nem do método sociológico empregado para defini-lo.

Como as investigações sociológicas e os esquemas explicativos daí resultantes – por mais que sugirem uma tendência unificadora – acabam sempre se voltando mais para uma ou outra destas perspectivas, iniciar uma discussão a respeito de algum autor da área implica, necessariamente, em situá-lo num destes pólos de abordagem. Ao fazer

2. Discussão mantida, de forma mais ou menos evolutiva, inicialmente por Marx, em seu conceito de “alienação”; seguido de Weber, com o de “desencantamento”; Lukács, com o postulado da “reificação”; Adorno, na proposição de seu conceito de “indústria cultural”; e, finalmente, por Habermas, em seus conceitos de “razão instrumental” e “razão estratégica”.

isto, estamos não apenas nos situando em relação à perspectiva de abordagem deste autor, como também dando um passo importante para a compreensão do *modus operandi* de sua teoria e das bases empíricas de sua constituição.

Neste sentido, portanto, pode-se dizer que é no âmbito da agência que se situa a teoria de Jurgen Habermas (sem que disto resulte, como se poderá notar, qualquer tipo de desprezo à noção estrutural dos fenômenos), e, sob esta perspectiva, ele constrói um dos mais complexos arcabouços teóricos da Sociologia, por meio da qual reedifica a tradição racionalista alemã e avança pressupostos da Escola de Frankfurt a um estágio bem menos obscurecido pelo desencantamento do mundo que atingiu em cheio seus predecessores – especificamente: Theodor Adorno e Max Horkheimer (Cf.: ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

É sob este viés que Habermas oferece, portanto, sua contribuição ao amplo debate em torno da possibilidade de integração das duas perspectivas essenciais da teoria sociológica – *ação* e *estrutura* social. Uma vez situado ao nível da micro-estrutura, seu esboço vai buscar na variedade dos tipos de ação que a realidade oferece, aquele capaz de lhe fornecer um modelo explicativo consistente acerca da interação humana, o qual se acha formulado em sua *teoria da ação comunicativa*.

Tendo em vista que o objetivo fundamental deste artigo é analisar até que ponto a contribuição de Habermas significou um “novo começo” para a teoria sociológica³, a apresentação da teoria da ação comunicativa é condição fundamental para que possamos alcançá-lo. Assim, logo após a apresentação da teoria de Habermas, procurarei discutir a coerência de algumas críticas referentes à sua possível inaplicabilidade e limitação explicativa, ao mesmo tempo em que tentarei desfazer equívocos ou impasses causados pela colocação destas críticas.

Por último, nas considerações finais, após uma breve comparação entre Habermas e Weber, procurarei listar as principais contribuições da teoria da comunicação para a abordagem sociológica, analisando até que ponto ela representa, de fato, um “novo começo” em seu âmbito.

3. Considerando-se a opinião, mesmo informal, de vários sociólogos.

A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA (SÍNTESE EXPOSITIVA)

Em termos simples, pode-se conceber a ação comunicativa como o processo de interação entre atores sociais mediante o uso da linguagem, tendo como objetivo principal estabelecer o entendimento entre as partes.

Na teoria, estes atores constituem uma categoria autônoma em sua relação com a estrutura. São vistos, melhor dizendo, como “agentes plenos”⁴, uma vez que Habermas se mostra absolutamente contrário à idéia totalista da movimentação dos atores, como estando condicionada integralmente pelas determinações da estrutura.⁵

Por essa razão, eles atuam como entidades capazes de usar a linguagem em contextos comunicativos diversos, e a linguagem, por sua vez, é vista como o *meio* através do qual as ações comunicativas dos indivíduos são coordenadas. Nestes termos, subentende-se que a linguagem “em-uso” é *condição básica* para o estabelecimento da interação social.

Tomando, portanto, *atores e linguagem* como fatores centrais, a teoria da ação comunicativa encontra seu desdobramento em áreas diversas (tais como a filosofia e a linguística, por exemplo), e o recorte que põe em evidência o aspecto comunicativo sobre os demais aspectos da ação social, justifica-se pelo fato de que uma teoria da comunicação remete diretamente ao debate sobre a *racionalidade* e sua projeção no contexto histórico específico da *Modernidade*.

Isto posto, a questão-alvo da teoria da ação comunicativa pode ser entendida como um desdobramento natural das preocupações essenciais da Escola de Frankfurt, e, de fato, um prosseguimento dos debates acerca da sobrevivência do Iluminismo na Modernidade, a partir das críticas feitas, especialmente, à obra de Adorno e Horkheimer: “De que modo a *ação comunicativa* responde à exigência intrínseca à Modernidade, de expansão da racionalidade por todos os domínios da vida social?” (COHN, *Op. Cit.*: 65).

4. Termo próprio.

5. No que, aliás, aproxima-se bastante de Max Weber.

Para responder a esta questão, não se pode conceber a racionalidade de outro modo, senão enquanto dimensão *intrínseca* à modernidade. Disto resulta que, para Habermas, muitas das tentativas anteriores de explicação sociológica redundaram insuficientes, porque traziam uma concepção demasiado simples de “razão” (Cf. Idem, *Ibidem*: 66).

Diante disso, como bem enfatizam seus intérpretes, a *racionalidade*, sob o ponto de vista do entendimento (consenso) como meta fundamental a ser alcançada pela interação, é pensada por Habermas “como processo, como algo *em ato*, e não como um atributo de alguma coisa dada”. (Idem, *Ibidem*: 68, grifo meu).

Para ele, a razão não existe fora das ações afetivas. Não se trata, portanto, de uma “entidade”, mas de um processo que a qualquer momento pode ser desencadeado por força da *disposição* e *capacidade*⁶ (lembremo-nos destes conceitos mais adiante) dos parceiros da interação, que sustentam discursivamente suas posições mediante *argumentos*.

Isto põe em evidência, basicamente, quatro pontos decisivos acerca da concepção de racionalidade que podemos encontrar na obra de Habermas: primeiro, a racionalidade é conceito fundamental à compreensão de sua teoria; segundo, a racionalidade constitui elemento dinâmico e próximo ao ser, originária mesmo de suas relações mais convencionais e cotidianas; terceiro, a racionalidade é epistemológica e ontologicamente indissociável da modernidade, ou de suas discussões; e, por fim, a racionalidade é um fenômeno cuja complexidade nos permite desdobrá-la em várias esferas de ação, tais como podemos ver nas três dimensões estabelecidas por Habermas – *razão instrumental*, *comunicativa* e *estratégica* – e suas principais características:

Utilizando como critérios de definição a “orientação”, o “universo” a que correspondem, as “normas” que regulam sua aplicação e os “objetivos” de cada um destes tipos de ação, podemos dizer que elas se definiriam, conseqüentemente, da seguinte maneira:

6. Por trás da elaboração destes conceitos, transparecem contornos dos de “*langue*” e “*parole*”, de Saussure; e “*competência*” e “*desempenho*”, de Noam Chomski, que lhes seriam equivalentes dentro da Linguística.

Quanto à orientação, a ação instrumental diria respeito à das relações dos homens com o mundo dos objetos; ao passo que a comunicativa e estratégica à orientação das relações dos homens entre si. Quanto ao universo, a ação instrumental corresponderia ao do trabalho, entendido como controle sistemático sobre o mundo das coisas; e a comunicativa e estratégica ao universo das relações interpessoais (interação)⁷. Quanto às normas, a aplicação das ações instrumental e estratégica seria regulada pelas de *eficácia*; enquanto que as normas de *convivência* regulariam a ação comunicativa. E, finalmente, quanto aos objetivos, as ações instrumental e estratégica seriam voltadas à obtenção pura e simples de resultados, sendo que aquela pelo acionamento de objetos, e esta pelo acionamento de sujeitos como objetos; enquanto que o objetivo da ação comunicativa seria tão somente alcançar o entendimento, pelo estabelecimento de relações com pessoas.⁸

A partir do que é visto neste rápido esboço acerca do “desdobramento da racionalidade”, cabe-nos perguntar: com que objetivo Habermas promove esta distribuição da racionalidade em processos de ação *instrumental, comunicativa e estratégica*?

De acordo com ele, isto é feito para que se rompam os limites que uma concepção demasiado estreita de racionalidade impõe ao pensamento social, mesmo nas versões mais sofisticadas da teoria crítica da sociedade. Entre estas versões, por exemplo, encontram-se desde o materialismo histórico de Marx e Engels - que privilegiam o trabalho em sua tentativa de explicar os mecanismos constitutivos das relações sociais; à tese do predomínio crescente da razão instrumen-

7. “O trabalho ou labor, faz surgir um interesse técnico, um interesse em conhecer e controlar processos naturais, e usá-los em nosso favor. (...) Esse interesse dá origem ao que Habermas chama de “ciências empírico-analíticas”. (...) O segundo meio pelo qual os seres humanos transformam seu ambiente, a linguagem, faz surgir o que Habermas chama de interesse prático, que, por sua vez, dá origem às “ciências hermenêuticas” (Cf.: Craib, 1992: 233, tradução e grifos meus).

8.. O simples entrecruzamento de características que se observa, já bastaria para propor uma vasta discussão em torno destes tipos de ação e seus níveis de projeção empírica e epistemológica. Por motivos óbvios, porém, não me encarregarei aqui desta delicada tarefa.

tal sobre os indivíduos - fonte latente do desencantamento passional de Adorno e Horkheimer, dentro da própria Escola de Frankfurt.

Sobre estas perspectivas, e adotando um procedimento nitidamente revisionista e “endocrítico”, Habermas promove alterações importantes, tais como a mudança do nível de abordagem dialética que toma o trabalho e sua representação para as classes em conflito, para a *interação social*; e a inserção de uma *dimensão emancipatória* da ação, como possibilidade de redirecionamento da razão instrumental ao nível dos atores, para conquista do entendimento, por meio da interação. Tudo isso, porém, só se torna apreensível numa ampla teoria da comunicação, que forneça as diretrizes necessárias à efetivação de tais pressupostos.

Como se nota, o acréscimo de uma dimensão emancipatória da linguagem vem a dotar a proposta habermasiana de um caráter “libertário” que, mesmo beirando a utopia, vislumbra possibilidades que em muitas das grandes teorias da ação social já postas em debate, encontram-se ausentes. Althusser, por exemplo, parece render-se à estagnação do indivíduo-fantoches, indefeso frente às manipulações sistêmicas. Goffman, por sua vez, encerrando-os num palco analógico, parece introduzi-los num jogo de estratégias onde a habilidade na troca de papéis determina acidentes e vantagens na mudança social. A Escola Racional, até onde percebo, é capaz de oferecer explicações razoáveis quanto aos processos por trás das escolhas, ao defini-las como resultado de um exame acurado de custos e benefícios, perdas e ganhos, o qual nem sempre pressupõe a manutenção ou (se for o caso) restauração das relações de harmonia entre os indivíduos ou mesmo uma ação libertadora capaz de “emancipá-los”.

A dimensão emancipatória inerente à ação comunicativa se constitui a partir da idéia básica de que toda interação implica num uso específico da linguagem, no qual destacam-se aspectos, tais como os *atos de fala*, as *reivindicações de validade*, o *questionamento*, a *defesa de posição*, a *apresentação de razões*, a *mediação argumentativa* e, o mais importante de todos, o *consenso racional*.

Podemos ter uma idéia de como estes aspectos se integram no desenvolvimento de uma relação interativa, a partir do esquema “Ação Comunicativa (Emancipatória)”, em anexo.

Como se percebe através dele, os *atos de fala* (enunciados linguísticos elementares), encontram-se distribuídos entre dois falantes (F1 e F2), que os selecionam de acordo com os interesses específicos que atribuem à linguagem, visando alcançar determinados fins. No âmbito da teoria da comunicação, este fim é sempre o entendimento mútuo, de caráter emancipatório.

Os atos de fala, assim, são escolhidos de acordo com a *situação* em que a linguagem esteja sendo usada e com os objetivos do ator - donde se apreende, por conseguinte, toda a dimensão pragmática de seu alcance e concepção. Estes envolvem, implicitamente, *reivindicações de validade*; ou seja: toda vez que um ator assume determinada posição, solicita do outro um reconhecimento que possui valor decisivo no andamento do processo. É o que acontece ao F1, ao dar início ao diálogo com o F2.

Todavia, como está previsto que a validade das posições assumidas durante os processos de interação é *contestável* (ao menos em princípio), o F2, como vemos, age exatamente dessa forma ao tomar conhecimento da posição do F1. Ao contestá-lo, o F2 nada mais exige de seu interlocutor, senão a *defesa de sua posição*, mediante a *apresentação de razões*.

Quando a defesa é bem sucedida, numa interação que se desenvolve dentro das condições fundamentais à ação comunicativa (veracidade, correção, sinceridade e inteligibilidade), chega-se, portanto, ao chamado *consenso racional*. Vale lembrar, ainda, que toda esta ação ocorre dentro de um contexto implícito, chamado por Habermas de "Mundo da vida", e este pressupõe tanto a cultura quanto a sociabilidade, formando, ao lado do sistema, a totalidade social (sociedade = mundo da vida + sistema).

Em síntese, portanto, é quando um percurso discursivo vai da colocação de uma posição por um dado falante, até o estabelecimento de um consenso racional com seu interlocutor, que se revela, pois, toda a dimensão emancipatória inerente à ação comunicativa. O contrário, ou seja, o fracasso desta operação, como mostra o esquema "Comunicação sistematicamente distorcida (Dominadora)" (em anexo), leva justamente à eliminação desta porção emancipatória e à obtenção da obediência do indivíduo que incorpora passivamente a posição

do outro sem exigir defesa, contentando-se com a apresentação vazia, apenas figurativa de razões pela voz dominante. Pior, todavia, é cogitar a possibilidade de que este indivíduo venha a tornar-se, ele mesmo, um reprodutor mecânico tanto do discurso quanto do método persuasivo que o teria, segundo aquele esquema, vitimado.

Por mais que sejamos tentados a admitir que a comunicação sistematicamente distorcida está bem mais presente em nosso dia a dia que a ação comunicativa, é interessante frisar que Habermas concebe a possibilidade de realização plena desta última, e, segundo ele, é nesta possibilidade *real* que se traduz todo o seu potencial emancipatório.

Todavia, para que isto se efetive, é necessário que se estabeleça uma *situação ideal de fala* (ou “situação linguística ideal” (Cf. FREITAG & ROUANET, 1993: 19)), caracterizada pela *distribuição igualitária* de oportunidades de intervenção na interação por seus participantes, e constituída, basicamente, a partir de quatro condições. São elas: *veracidade* (quanto ao conteúdo do que é dito); *correção* (quanto às normas que regem as relações interpessoais); *sinceridade* (quanto às intenções dos falantes); e *inteligibilidade* (quanto ao aspecto especificamente comunicativo).

No discurso de dominação, estas quatro condições fundamentais são radicalmente postas de lado e, como parece, a ausência de qualquer uma delas compromete seriamente o processo comunicativo. Evidentemente, isto não é muito para que se possa atestar a impossibilidade de verificação empírica dos processos interativos que a teoria descreve, mas, ao contrário, termina pondo às claras não só a dependência da situação ideal de fala à presença daquelas condições no processo interativo; como também da obtenção do consenso racional, ao estabelecimento prévio de uma situação ideal de fala em que elas sejam corretamente articuladas. Noutras palavras, sem o respeito àquelas quatro condições básicas por parte dos sujeitos interagentes, fica impossibilitada qualquer constituição de uma situação ideal de fala e, desta forma, podemos concluir que falhas desta natureza constituem o primeiro passo rumo ao estabelecimento de um consenso viciado, através de uma comunicação sistematicamente distorcida desde as bases contextuais, que deveriam ser necessariamente ou-

tras para que o processo interativo tomasse um rumo diferente - e menos desastroso!

OS LIMITES DA TEORIA - PROBLEMAS E DISCUSSÕES

A ausência de veracidade, correção, sinceridade ou inteligibilidade na prática da interação, abre uma perspectiva bastante adversa ao estabelecimento da ação comunicativa tal como ela é vista ou idealizada por Jurgen Habermas. Este, porém, não é o único problema ligado à sua teoria:

Imaginemos, agora, uma situação em que dois falantes, mesmo interagindo em uma situação ideal de fala (com tudo o que ela pressupõe), acabassem diante de um impasse gerado, por exemplo, pela não aceitação dos argumentos de um pelo outro, após várias apresentações sucessivas de posições por cada um deles, ao longo do diálogo. Imagine-se, ainda, que nem a prorrogação do debate para apresentação de novos argumentos por parte do falante contestado surta algum efeito, no sentido de findar com este impasse hipotético.

Quando ocorre uma situação como esta, em que um falante jamais é convencido pelos argumentos do outro, de modo a que atinjam um consenso pleno, o diagnóstico mais provável é que um deles, por uma questão puramente "estratégica", resolveu mudar de assunto ou, simplesmente, se despedir por falta de disposição, tempo ou melhores argumentos com que pudesse levar adiante aquela discussão, até convencer aquele que o estaria contestando. Noutros termos, pode-se que dizer que a "indisposição" de um dos falantes foi o que pôs fim ao debate; o que em termos de ação comunicativa equivale a dizer que houve uma renúncia consciente da "disposição", como um dos critérios básicos ao desenvolvimento da interação face a face, de acordo com Habermas.

Diante disso, como crer na aplicabilidade da teoria da ação comunicativa, se, como vemos, esta pode não se constituir nem mesmo diante de uma situação ideal de fala, tendo seu curso abruptamente interrompido por um *impasse* que, de modo inesperado, chega a instalar-se em lugar do *consenso*?

É evidente que, sob vários ângulos, poderíamos discutir e contestar a relevância deste problema em relação ao complexo teórico analisado como um todo, mas, tendo em vista a pouca vantagem deste procedimento, melhor é não adotá-lo. Poderíamos, ainda, reconhecer a tese da “inaplicabilidade” de uma vez por todas, e tomar o exemplo acima como um bom atestado desta lacuna teórica significativa; ou, simplesmente, nos apercebermos de que mesmo não tendo sua aplicação comprovada em alguns casos, isto não significa que, submetida a alguns ajustes, o nível de aplicabilidade da teoria não se acentue, de modo a torná-la bem menos sujeita aos rigores da crítica e ao pó das estantes.

Isto posto, devo dizer que nenhuma das alternativas acima serviria como consolo, uma vez que o reconhecimento das situações ideais de fala enquanto possibilidades “reais” por Habermas, deixaria claro que nem todas as situações são desfavoráveis ao estabelecimento de um consenso racional a partir da interação discursiva, como sugere sua teoria.

Neste momento, as questões que se colocam são as seguintes: primeiro, por que outras razões aquelas alternativas não deveriam ser consideradas?; e, segundo, como poderemos dar uma resposta que reconheça que tal situação de impasse é possível, e ao mesmo tempo seja capaz de preservar a teoria, não admitindo, ao menos com base nesta circunstância, a sua inaplicabilidade?

Certamente - voltando ao exemplo dado -, a possibilidade de que o processo de interação jamais venha a ser retomado pelos seus articuladores existe, mas aí já não estaríamos diante de uma situação ideal de fala, devido ao rompimento de uma das regras fundamentais à articulação da racionalidade no discurso; qual seja: a *disposição*. Sem ela, aliada à *capacidade*⁹ dos falantes em articular a linguagem para fins de entendimento mútuo, não se pode mais falar na obtenção de qualquer tipo de consenso, e já não poderíamos, portanto, falar

9.. “*Disposição e capacidade* vêm juntos, no caso. E isto num sentido forte: a capacidade discursiva traduz-se precisamente na disposição em praticá-la” (Cohn, Op. Cit.: 69, grifos meus).

também em inaplicabilidade, devido ao fato de que não estaríamos diante de uma situação ideal concretizada.

Noutras palavras, não podemos criticar a teoria com base neste exemplo do impasse, uma vez que ele não descreve uma situação prevista por seu arcabouço, mas, ao contrário, justamente uma que ele busca evitar; qual seja: a perda da capacidade interativa pelo ser humano; o comprometimento de seu potencial comunicativo, em virtude do caráter unilateral que pressupõe a formulação do discurso racional *instrumental* ou *estratégico*.

Com base nestas colocações, podemos estabelecer uma sequência lógica de organização das etapas e pressupostos habermasianos para exercício pleno da ação comunicativa: Primeiro, o comprometimento mútuo – o que contribuiria para a distribuição igualitária de oportunidades de intervenção ao longo da interação – dos agentes em adotar as condições básicas ao estabelecimento de uma situação ideal de fala: veracidade, correção, sinceridade e inteligibilidade. Segundo, o desencadeamento da ação comunicativa de caráter emancipatório (contrária à comunicação sistematicamente distorcida) dentro de uma situação ideal de fala, com vistas à obtenção do chamado “consenso racional” (oposto ao “viciado”). E, terceiro, a obtenção do consenso racional¹⁰, garantida pela *capacidade* dos agentes em articular a linguagem e sua *disposição* em fazê-lo, mediante a apresentação de posições, e sua posterior defesa por apresentação de argumentos que satisfaçam a contestação dos respectivos interlocutores, em momentos alternados da ação comunicativa.

Talvez estas justificativas ainda soem como insuficientes, mas isto não é relevante face à tentativa de esclarecimento a que se propõem. O que importa, na verdade, é mostrar o quanto uma avaliação mais cuidadosa do quadro teórico geral poderia eliminar algumas críticas frequentes ao modelo habermasiano, que, normalmente tido como muito fechado ou “certinho” demais, impediria, segundo alguns, a sua posterior aplicação em pesquisa – ou seja: a sua efetivação enquanto proposta analítica junto a uma situação cotidiana real observada.

10. A esse respeito, fala-se também em “teoria consensual” em Habermas.

Aos que pensam desse modo, talvez valha a pena considerar o quanto o quadro habermasiano poderia ser aplicado ao estudo de eventos sociais os mais comuns, tais como o processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas variações; uma defesa de tese acadêmica; as conversações para estabelecimento de um tratado (de paz, comercial, etc.) entre dois ou mais países; um debate político visto sob a ótica do eleitor; um julgamento público visto sob a ótica da relação entre jurados e o bloco defesa/acusação; um diálogo conciliador entre pais e filhos adolescentes; uma reunião em que líderes, profissionais, representantes ou grupos chegassem a acordos importantes, obtidos após longos debates e negociações; etc.

Estas são algumas situações em que a aplicação da teoria da ação comunicativa, a meu ver, poderia ser feita, *a priori*, com bastante precisão. Todavia, se já é difícil discutir o potencial “aplicativo” da teoria, discutir o seu potencial “explicativo” é muito mais delicado, graças ao alto nível de generalidade das questões que ela suscita. A esse respeito, diriam alguns, o problema estaria justamente no fato de que uma teoria individualista-metodológica não poderia explicar por completo uma situação de interação, uma vez que seus resultados não seriam restritos a esse nível, mas poderiam se dirigir, à revelia das intenções dos atores, a domínios bem mais amplos.

Neste sentido, as novas questões que se colocam são as seguintes: quais as garantias de que a obtenção de um consenso racional ao nível da interação face a face, pode exercer alguma influência decisiva na modificação do sistema global de dominação? Sem reconhecermos que existam, de fato, aquelas garantias, haveria coerência (sem incorreremos no utopismo gratuito) em concebermos a “emancipação” como uma possibilidade real?

Evidentemente, estas questões exigem um amplo debate acerca do verdadeiro papel do indivíduo em relação à mudança social, no sentido de verificar em que medida sua ação é determinante ou determinada pelo sistema; se é possível reconhecer o seu potencial de determinação, além de seu nível de alcance; ou, noutras palavras, até que ponto a relação indivíduo-sistema se constitui não em termos de hierarquia, mas, isto sim, de intercomplementariedade.

A seguir, como parte das observações acerca das perspectivas de ação social em Weber e Habermas, tecerei alguns comentários a esse respeito.

A AÇÃO SOCIAL EM WEBER E HABERMAS

Considerando-se que nenhuma teoria científica é perfeitamente acabada e que uma das expectativas maiores dos intelectuais ao lançá-las é esperar justamente pelas críticas que, mais adiante, se converterão em instrumentos fundamentais à sua reformulação, não poderia ser de outro modo que deveríamos nos voltar à teoria de Habermas, de forma que a necessidade de reconhecimento de prováveis falhas em seu interior e de reformulações e discussões sucessivas acerca de sua proposta, são parte decisiva de seu processo de amadurecimento. Este artigo, por conseguinte, pretende ser uma forma – ainda que modesta – de contribuição a este processo.

Apesar de tudo o que foi visto até aqui, não diria que as contribuições de Habermas à teoria sociológica constituem, propriamente, um “novo começo”. De fato, ela muito contribui para o avanço das discussões em torno do papel da interação na organização da sociedade e em que medida o agente individual pode interferir na configuração global da estrutura, como, aliás, é possível mostrar através de uma comparação superficial entre ele e Max Weber.

Uma das grandes contribuições de Weber à Sociologia foi o reconhecimento de uma dimensão subjetiva tanto para a pesquisa quanto para a ação social. Não confundindo a análise da ação individual com a análise psicológica dos indivíduos, foi capaz de reconhecê-los como agentes sociais, no sentido de não se oporem ou diferenciarem da ordem sistêmica, enquanto elementos cujas ações estariam unilateralmente condicionadas à sua influência exterior.

Começando por identificar a “ação social” como fenômeno distinto do de “relação social” (não apenas quando estabelecida entre indivíduos, mas também entre entidades coletivas, grupais ou institucionais), Weber considerou a primeira como sendo observável através da ação individual, dotada de sentido, e estabeleceu uma conexão racional entre o *motivo*, a *ação em si* e seus *efeitos*, de maneira que o indivi-

duo passou a ser visto como elemento influente na origem dos fatos que integram o social e não apenas como agente “determinado”. Quanto à segunda, entendia Weber que uma “relação” social só se estabelece, de fato, quando o sentido da ação é compartilhado entre os indivíduos.

Tendo por base essas proposições essenciais da teoria de Weber, já é possível identificar em Habermas algumas diferenças conceituais significativas, que muito contribuem para o reconhecimento de avanços em sua teoria.

Embora se aproximem bastante as concepções de agência individual dos dois autores, pode-se dizer que a ação individual como definida na teoria da ação comunicativa já pressupõe o compartilhamento do sentido da ação pelos agentes (o que só é admitido por Weber como parte de uma “relação social”), o que nos levaria a supor que, para Habermas, tanto não haveria ação social destituída de sentido, quanto uma ação social só poderia ser reconhecida como tal se já estivesse previsto em seu exercício o compartilhamento de sentido pelos atores nela envolvidos.

Além disso, ao identificar na ação comunicativa o modelo fundamental de ação social, Habermas reconheceu a perspectiva de uma ação racional não apenas possível, mas, sobretudo, “planejável”, para obtenção de um consenso idealmente emancipatório.

Neste caso, contribui para a reflexão em torno do problema, colocado por Weber, da relativa falta de controle dos indivíduos sobre a totalidade das consequências de suas ações, parecendo entender, como ele, que apenas o motivo e a situação imediata da ação são racionalmente previsíveis e controláveis pelos agentes; ao passo que boa parte de seus desdobramentos posteriores, em larga medida, não. Talvez este fato seja justamente o que leva alguns cientistas sociais a contestarem ou duvidarem seriamente da possibilidade de a ação individual também ser determinante e não apenas determinada pelas disposições sistêmicas.

Importa, contudo, que sem o desdobramento da racionalidade em três tipos distintos de ação (instrumental, estratégica e comunicativa), tanto a maior visibilidade dos mecanismos que influem sobre a relação sistema-indivíduo (basicamente, instrumentais e estratégi-

cas), quanto sobre a relação indivíduo-sistema e indivíduo-indivíduo (basicamente comunicativas), estaria prejudicada, muito embora, reconheça-se, a própria teoria da ação comunicativa também não seja suficiente para dar conta de uma descrição e, muito menos, explicação convincente acerca da composição fundamental das relações extremamente complexas entre micro e macro-estruturas sociais.

Já que as ciências sociais são cumulativas e o peso das correntes tradicionais de pensamento em suas formulações teóricas mais importantes, constituem a própria base do revisionismo crítico de que as sucessivas gerações de intelectuais se encarregam, o simples fato de autores como Durkheim, Weber e Parsons se acharem diluídos nas reflexões habermasianas¹¹, apenas reafirma a capacidade de permanente atualização do arcabouço teórico-metodológico da Sociologia.

A seguir, vejamos algumas contribuições significativas de Jurgen Habermas para este processo de atualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para começar, creio que sua teoria garante maior ênfase sobre o indivíduo (ou sobre as “micro” relações), cobrindo a lacuna deixada por seus antecessores da Escola de Frankfurt, que, ao se debruçarem insistentemente sobre a questão do controle sistêmico através da *Razão Instrumental*, acabaram dotando a Teoria Crítica de um caráter demasiadamente geral e abstrato.

Neste sentido, Habermas ressalta a possibilidade de uma agência transformadora por parte do indivíduo (num grau em que, aliás, nenhum outro grande sociólogo parece ter admitido), no sentido de mudar a disposição do sistema através da interação comunicativa (de caráter crítico), e não apenas submeter-se a ele pela via usual da “internalização”. Assim, a teoria da ação comunicativa traz em si a “implicação de uma sociedade radicalmente democrática, na qual todos têm acesso às ferramentas da razão, à oportunidade de contribuir

11. Não bastassem, ainda, as contribuições da Linguística, da Psicologia e da Filosofia.

com o argumento, ser ouvido e incluído na decisão final” (CRAIB, *Op. Cit.*: 236, tradução minha). Afora as objeções cabíveis à possibilidade de realização destes pressupostos, sua importância é bem menos teleológica que contestatória, no sentido de que oferece uma alternativa contrária à do relativismo niilista pós-moderno, e suas consequências para a reflexão crítica no interior das ciências sociais.

Em síntese, portanto, trata-se apenas da admissão de possibilidades à fuga e à crítica do Racionalismo Instrumental, pela via emancipatória da comunicação. A propósito disto, aliás, vale a pena destacar não só a postura de restauração do Esclarecimento (que ele considera enquanto processo *ainda em andamento*) e da moralidade assumida por Habermas, como também a sua “defesa” da Razão instrumental, como parte integrante deste processo. De acordo com ele, deve-se entender que a instrumentalidade é apenas uma das modalidades da razão e, portanto, constitui erro grave tanto refutá-la quanto privilegiá-la em detrimento das demais - especialmente a comunicativa: “O problema com a razão instrumental não é tanto que ela seja errada em si mesma ou leve à dominação, mas sim porque nas sociedades modernas, ela tem adquirido prioridade sobre outras formas de conhecimento”.(Cf.: Idem. *Ibidem*: 233).

Em consequência de seu recorte, localiza na interação mediada pelo discurso a célula fundamental da ação individual – e, por extensão, da estrutura social -, enfatizando a importância da linguagem *em-uso* para a formação, integração, crítica e emancipação do indivíduo na sociedade.

Em comparação com seus antecessores (sobretudo Adorno e Horkheimer), pode-se dizer que Habermas não só operou ajustes significativos, complementando em tempo a teoria crítica frankfurtiana (entre outras, de acordo com o que chama “reconstrução”), como também mostrou-se bem menos pessimista e angustiado com relação aos rumos da História, ainda que reconhecendo a imensa desvantagem do ser humano frente ao racional-instrumentalismo e à poderosa ação reificadora-uniformizadora da indústria cultural. É neste sentido que, a meu ver, não se pode pensar a teoria de Habermas isoladamente, mas sim como parte de uma longa tradição (representada em Frankfurt) que, em sua amplitude, profundidade e capacidade de auto-críti-

ca e reformulação, constitui uma totalidade teórica difícil de ser apreendida, mas consideravelmente abrangente (tanto a nível micro quanto macro estrutural).

Outro aspecto que merece destaque, encontra-se no fato de a teoria da ação comunicativa permitir retomar a crítica do conhecimento e a crítica da cultura e do Estado, sob a ótica tanto do discurso teórico quanto prático. Habermas consegue, pois, aliar teoria e prática (especificamente a linguística) dentro de uma mesma perspectiva sócio-analítica (FREITAG & ROUANET, *Op. Cit.*: 20).

A teoria (vista em separado) toca pouco na estrutura, mas, considerando-se que esta não era a meta principal da abordagem sobre a ação comunicativa, pode-se dizer que, naquilo a que se propunha, ela constitui relevante contribuição à teoria crítica à nível micro-estrutural, por abordar a célula básica da ação social - a interação -, nas condições linguísticas primais que condicionam e permitem, por extensão, o contato do ator individual com as esferas superiores da estrutura.

Além disso, o conceito de “mundo da vida”, que, integrado ao de sistema, formaria a “sociedade”, é outro aspecto que denuncia a presença da estrutura nesta abordagem, ainda que *en passant*.

Tais situações, aqui colocadas de maneira muito simples, a partir de exemplos bastante informais, nos dão ao menos uma idéia acerca da universalidade prevista na teoria da ação comunicativa e, às vezes, nem sempre reconhecida por seus exegetas mais desatentos.

Neste sentido, a ação comunicativa, entendida por Habermas como idealmente “face a face”, não pode ser desvinculada de sua projeção universal, uma vez que a célula mínima da interação, caracterizada pelo diálogo, tem projeção significativa junto às esferas superiores da estrutura social, embora ainda não saibamos, ao certo, em que medida. De fato, através de seu esboço, Habermas transmite-nos a idéia (utópica? Cientificamente insustentável? Até que ponto?) de uma emancipação que é libertadora; mas a liberdade não é possível sem o reconhecimento da ação transformadora que a impulsiona e se inicia através do discurso.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Textos Escolhidos**. Traduções Zeljko Loparic et. al. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores, 16), 1991.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970..
- _____. **The Frankfurt School**. London/New York: Routledge, 1989.
- COHN, Gabriel. "A teoria da ação em Habermas". IN: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Teorias da Ação em Debate**. São Paulo: Cortez; FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.
- CRAIB, Ian. "The Frankfurt School: there must be some way out of here" e "Jurgen Habermas: back to the filling cabinet". IN: **Modern Social Theory; from Parsons to Habermas**. New York: St. Martin Press, 1992.
- FREITAG, Barbara & ROUANET, Sérgio Paulo (Org.). **Habermas**. 3.ed., São Paulo: Ática (Grandes Cientistas Sociais, 15), 1993.